A EXTENSÃO RURAL E OS DESAFIOS DA PERSPECTIVA AGROECOLÓGICA

Ivar J. Kreutz; Sergio L. G. Pinheiro.¹

PALAVRAS CHAVE

Extensão rural, Abordagem pedagógica, Agroecologia, Participação social.

INTRODUÇÃO

No presente artigo se dará destaque as três fases pelas quais a extensão rural passou no Brasil e no RS, com ênfase para a última, onde as entidades que sobreviveram ao desmonte e privatização² fizeram um esforço para se readequar aos novos tempos. No RS, neste último período se empreendeu vários esforços e um deles foi à tentativa de implementar uma proposta Agroecológica pela extensão rural oficial. Contudo, percebe-se que todas esses esforços não obtiveram os resultados desejados, pois ficavam presas as estruturas institucionais e a metodologias parcialmente participativas, sem conseguir redefinir uma nova abordagem pedagógica. Isso levou as instituições de extensão rural ficar a margem da abordagem pedagógica das organizações empresariais, que se tornaram, via de regra, mais horizontais e com maior participação de seus colaboradores. A distância que se constituiu ao longo de aproximadamente uma década parece ser ainda mais expressiva com movimentos sociais, setores com os quais se buscou aproximação na extensão agroecológica.

A EXTENSÃO RURAL NO BRASIL

A extensão rural brasileira, que foi organizada na metade do século passado, passou por três fases de seu processo pedagógico e que parecem coincidir com os três conjuntos de especulações aplicadas à noção de finalidade adotadas pelos industriais brasileiros. Os períodos também se ajustam a distintas abordagens pedagógicas.

Na primeira etapa aconteceu a organização dos serviços de extensão rural oficial no Brasil e que incorporam algumas ações educativas. Nesta perspectiva, a educação deveria elevar o nível das necessidades das populações rurais para que então o “fomento” encontrasse um ambiente para seus meios e métodos diretos. Entendia-se que o bom extensionista deveria se envolver com a produção e com o ato e efeito de consumir (provavelmente produtos externos a seu meio).

---

¹ Respectivamente extensionista da EMATER/RS – ASCAR e pesquisador da EPAGRI/SC. Rua Mathias Steffens, 2233, Sala 05 CEP. 95755-000 São José do Hortêncio – RS E-mails: emsjhort@emater.tcche.br e pinheiro@epagri.rct-sc.br

Essa fase da extensão rural acontece no final da implementação do processo de industrialização que, segundo Rodrigues (1997), buscava derrotar o Brasil rural, agrário e atrasado e a criação de um mercado consumidor de massas. Para o autor, a educação deveria ser capaz de “inculcar nos imaturos” uma nova “tábua de valores”. As características do período são fortemente influenciadas pela gerência científica (**taylorista**). A abordagem pedagógica, em consequência, é a tradicional, onde existe um responsável (extensionista em nosso caso) em conduzir o processo.

A segunda fase é marcada pela forma difusionista, que começa a ser implementada no final dos anos sessenta. No campo empresarial, esse período é conhecido como o de país desenvolvido, que se procurou estabelecer com a modernização industrial ou aprimoramento do parque industrial. Predomina o trabalho mecânico, pulverizado, segmentado e rotineiro (fordismo). No contexto pedagógico, assume-se a abordagem tecnicista, onde o extensionista possui o controle científico e o planejamento é executado pelos especialistas da área. Segundo Mussoi (2003), implanta-se neste período uma matriz tecnológica altamente especializada e produtivista e organiza-se as instituições de extensão rural dentro da concepção centralizada e descendente, com ampliação de seus instrumentos de controle e supervisão. Essa unidirecionalidade expressa-se tanto no sentido organizacional quanto no “pedagógico”, na medida em que determina uma certa “superioridade de saberes”.

A terceira fase começa nos anos oitenta, com a crescente percepção de crise do modelo de desenvolvimento agrícola, e a busca de formas alternativas de fazer a extensão rural. No setor industrial é buscado outro referencial que passou a ser chamado de economia competitiva, onde o Estado perde influência e passa-se a uma reestruturação produtiva (em alguns casos denominados de “pedagogia toyotista”, que valoriza o trabalho inteligente, baseado na incorporação de competências cognitivas). A educação experimenta pedagogias que valorizam a participação ativa dos atores sociais (processos construtivistas). A fórmula pedagógica que vem sendo defendida majoritariamente pelo setor empresarial é o da democracia e competitividade, que significa, a constituição de empresas mais horizontalizadas, democráticas, inteligentes e competitivas, relevando os aspectos humanos envolvidos nos processos.

---

² O período de desmonte e privatização das instituições públicas aconteceu no Brasil no final da década de oitenta e início de noventa e fazia parte de uma estratégia maior que era a constituição do estado mínimo.

A PROPOSTA AGROECOLÓGICA DA EXTENSÃO RURAL NO RS

Alguns esforços de mudança foram acontecendo a partir da metade da década de 1980, quando ocorreu o repensar da extensão rural em todas as instituições estaduais. Depois de quase uma década de iniciativas aconteceu, em 1997, a confluência de objetivos que aproximaram as entidades representativas da agricultura familiar, as EMATERs, o Ministério da Agricultura e consultorias internacionais. Isso desembocou em uma aliança estratégica firmada em seminários e Workshops, orientando mudanças estruturais nas EMATERs e definindo uma opção estratégica pelo fortalecimento da agricultura familiar.

Em meio a este contexto, a EMATER/RS assinou um convênio com o Ministério da Agricultura para formação de seus profissionais e de lideranças de instituições parceiras. Nesta formação se introduziu a metodologia do “Desenvolvimento Rural e Planejamento Municipal” que representou uma inflexão na cultura da instituição, pois pretendia ser interagente com o ambiente de municipalização das políticas públicas.

Em 1999, a EMATER/RS estabeleceu em sua missão que os princípios da Agroecologia seriam a base para a construção do desenvolvimento rural sustentável. Neste caso, a Agroecologia, independente de suas vertentes, passa a ser entendida como uma ciência ou um conjunto de conhecimentos que ajudam no correto redesenho e o adequado manejo de agroecossistemas, na perspectiva da sustentabilidade. Optou-se ainda pela utilização de processos educativos e participativos. Segundo Caporal (1999) as abordagens e métodos participativos representam uma oportunidade para construir melhores vínculos entre os vários atores e qualificam o conhecimento mútuo.

Portanto, o papel da mudança institucional nas organizações, segundo Abramovay (2001), é duplo e, em certa medida, contraditório. Por um lado existem as organizações que respondem pela mudança institucional e por outro, as organizações que refletem o ambiente institucional já existente. Essa última trava uma espécie de inércia que empurra a reproduzir as antigas regras do jogo, síndrome essa, que parece acompanhar as instituições de extensão rural nos últimos anos. Para o autor, o maior desafio da extensão rural brasileira é deixar que sua competência técnica e seu crescente comprometimento político com a agricultura familiar a transformem de um organismo voltado à assistência aos agricultores, em unidade que planeja, juntamente com os atores locais, o processo de desenvolvimento.

Assim, a proposta Agroecológica da EMATER/RS se deparou com limitações que se transformavam em desafios para consolidar avanços. Entre os muitos, pode-se relacionar a estrutura institucional inadequada, a sua cultura imediatista que tende a uma perspectiva de permanente procura por informações sobre novos programas, a falta processos pedagógicos construtivistas, o despreparo em trabalhar com a complexidade (agroecossistemas) e dos saberes locais e a dificuldade de consolidar redes entre as entidades parceiras. Na falta dessas premissas, existiu a tendência de esperar as receitas dos superiores hierárquicos, agora na linha ecológica, sem valorizar os aspectos locais capazes de impulsionar o desenvolvimento e um forte apego ao corporativismo.

CONCLUSÕES

As empresas de extensão rural que resistiram a sua desconfiguração, de forma geral, encontram-se em uma profunda crise de identidade. Na falta de compreensão do contexto das mudanças, não raras vezes se apegam a um passado que foi interessante em certo período, mas que está dissociado e desfocado do momento histórico atual. Apresenta dificuldades de trabalhar a contento os novos processo pedagógicos que envolvem e interagem com os atores sociais, ficando bastante presos aos procedimentos metodológicos. Não se soube reestruturar as estruturas internas que eram (e permanecem) altamente verticalizadas que minimizam a inteligência, aspecto que as torna vulneráveis a ponto de se tornarem meras elaboradoras de projetos pontuais.

A extensão rural Agroecológica do RS experimentou uma nova fase em que fez um excelente exercício para superar o processo pedagógico tecnicista, buscando constituir uma dialogo permanente com os agricultores familiares e suas representações, buscando construir um processo de desenvolvimento com os atores sociais. A agroecologia também o foi o parâmetro para compreender a complexidade dos processos de produção dentro dos agroecossistemas, habitados por agentes sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Conselhos além dos limites**. Porto Alegre: Secretaria da Agricultura e Abastecimento/EMATER-RS/ASCAR/FETAG-RS/GTZ/PRORENDA, 2001, 29 p. (Série Textos Seleccionados, n. 23).

CAPORAL, Francisco R. "Em direção à extensão rural do futuro: Caminhos possíveis no Rio Grande do Sul". In: BRACAGIOLI NETO, Alberto (org.) **Sustentabilidade e cidadania: o papel da extensão rural**. Porto Alegre: EMATER-RS, 1999. p. 119-165.

MUSSOI, Eros Marion. Políticas públicas para o rural em Santa Catarina: descontinuidades na continuidade. In: PAULILO, Maria Ignez S.; SCHMIDT, Wilson. (org.)

Agricultura e espaço rural em Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003. p. 211-235.

RODRIGUES, José. **Pensamento Pedagógico Industrial.** Disponível em: http://www.educacaoonline.pro.br/pensamento_pedagogico_industrial.asp. Acesso: 22 ago. 2004.